



SUPERINTENDÊNCIA
DA ZONA FRANCA DE MANAUS

www.suframa.gov.br

Clipping Local e Nacional On-line

Nesta edição 14 **matérias**

Coordenação Geral de Comunicação Social - CGCOM

Manaus, segunda-feira, 26 de dezembro de 2011

O ESTADO DE SÃO PAULO Governo adia para 2012 quase R\$ 50 bi de investimentos em infraestrutura 1 VEICULAÇÃO NACIONAL	
VALOR ECONÔMICO Varejo reduz ritmo de expansão 2 VEICULAÇÃO NACIONAL	
VALOR ECONÔMICO Dilma impõe estilo e firma liderança 4 VEICULAÇÃO NACIONAL	
VALOR ECONÔMICO Oposição mantém 'trajetória errática' 7 VEICULAÇÃO NACIONAL	
O GLOBO CGU constata desvios de R\$ 1,1 bi em 5 ministérios 11 VEICULAÇÃO NACIONAL	
BRASIL ECONÔMICO-SP O novo governo encara a realidade e passa a tesoura 13 VEICULAÇÃO NACIONAL	
BRASIL ECONÔMICO-SP Tombini reverte críticas e conquista o mercado 14 VEICULAÇÃO NACIONAL	
COLUNA CLÁUDIO HUMBERTO Boicote à Zona Franca 15 VEICULAÇÃO NACIONAL	
AGU - Advocacia Geral da União PRF 1ª Região, PF/AM e PF/SUFRAMA: Procuradorias obtém liminar no plantão judiciário assegurando a manutenção do contrato de vigilância armada e desarmada para as unidades da Suframa 16 VEICULAÇÃO NACIONAL	

	VEÍCULO O ESTADO DE SÃO PAULO	EDITORIA	
	TÍTULO Governo adia para 2012 quase R\$ 50 bi de investimentos em infraestrutura		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

Causas dos adiamentos de obras que deveriam começar este ano vão das falhas de projetos à falta de interesse do setor privado

EDUARDO RODRIGUES, KARLA MENDES / BRASÍLIA - O Estado de S.Paulo

Inoperância, falha em projetos, contenção de gastos, falta de atratividade ao setor privado. Independente do argumento, o fato é que o governo jogou para 2012 quase R\$ 50 bilhões em investimentos que deveriam começar a deslançar este ano. A implantação do trem-bala, orçado em R\$ 33 bilhões, é um exemplo.

O adiamento de projetos, porém, é generalizado entre as mais diversas áreas de infraestrutura, a exemplo dos leilões de aeroportos de Guarulhos, Viracopos e Brasília, a concessão de rodovias, como a BR-101, no Espírito Santo, além de hidrelétricas, como a usina de São Manoel.

Depois de três tentativas frustradas, o governo mudou o modelo do leilão do trem-bala entre Campinas, São Paulo e Rio de Janeiro. Em vez de licitar tudo junto - operador /tecnologia e obras civis -, o processo de concorrência ocorrerá de forma separada e independente.

Quando o projeto foi lançado no governo do ex-presidente Lula, falava-se que a obra estaria pronta para a Copa do Mundo de 2014. Depois, foi postergada para os Jogos Olímpicos de 2016. O cronograma, porém, foi estendido consideravelmente. A previsão é que o edital seja lançado até 10 de março e o leilão ocorra em 10 de setembro. As obras só devem se iniciar em 2014 e ser concluídas em 2019.

O efeito do atraso nos eventos esportivos que ocorrerão no País nos próximos anos é marginal, disse ao Estado o diretor-geral da Agência Nacional de Transportes

Terrestres (ANTT), Bernardo Figueiredo. "O impacto do projeto no evento e do evento no projeto é marginal. Essa é uma obra para o País."

A dificuldade de fazer o leilão no sistema anterior, diz Figueiredo, é que as grandes empreiteiras, em vez de competirem entre si, se juntaram em um único bloco, dificultando a formação de consórcios. "Agora vamos colocá-las para brigar. É melhor tê-las separadas do que juntas."

Hidrelétricas. Por considerar uma "obra para o futuro", Paulo Godoy, presidente da Associação Brasileira da Infraestrutura e Indústrias de Base (Abdib), não vê tantos prejuízos para o País decorrentes do atraso do trem-bala. Ele chama a atenção, porém, para as consequências de postergação de leilões de hidrelétricas.

"O que dá prejuízo para o País é não viabilizar hidrelétricas. Isso nos leva a uma situação preocupante, pois além de não aproveitar potencial hidráulico, que é raro no mundo, tem efeito direto na economia."

O principal problema no Brasil, na visão de Godoy, é a lacuna entre a decisão de investir e sua realização. "O fato é que no Brasil o processo ainda é muito longo entre a decisão de investimento e sua realização." Ele defende que o País precisa de "projetos de gaveta" para ter um processo contínuo de investimento.

Bruno Batista, diretor executivo da Confederação Nacional do Transporte (CNT), faz duras críticas à gestão de investimentos. "O governo não contrata bem, há muitos problemas nos contratos e o País, às vezes, acaba pagando pelo mesmo serviço."

O Ministério do Planejamento disse, em nota, que eventuais atrasos são "processos normais na elaboração de novos modelos de concessão".

	VEÍCULO VALOR ECONÔMICO	EDITORIA	
	TÍTULO Varejo reduz ritmo de expansão		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

Os principais varejistas do país começaram a desacelerar seu planos de investimento para 2012. Tradicionalmente agressivos na expansão do número de lojas, algumas redes adotam comportamento incomum: preveem abrir no próximo ano o mesmo número de unidades de 2011 ou até mesmo reduzi-lo. Nos últimos anos, o grande varejo anunciou planos crescentemente ambiciosos de expansão de lojas, a maneira mais eficiente de aumentar as vendas.

A prudência reflete, em parte, o cenário econômico mais incerto e o temor de que a crise europeia influa na confiança do consumidor em 2012. De julho a setembro, segundo o IBGE, houve a primeira queda no consumo das famílias em um trimestre desde 2008. E o indicador que mede a intenção de compra das famílias, da Confederação Nacional do Comércio, teve seis quedas neste ano.

Planos de expansão de lojas se tornam menos agressivos

Por Adriana Mattos | De São Paulo

As principais varejistas do país começaram a definir os planos de investimento para 2012. Consultadas nos últimos dias, algumas redes confirmaram os projetos para ampliar o número de inaugurações de lojas, mas há empresas que já preveem estabilidade ou redução no volume previsto de aberturas no próximo ano. É algo incomum porque as grandes varejistas têm anunciado, a cada ano, planos mais agressivos de expansão orgânica. A abertura de novas lojas tem sido crucial para a estratégia das redes. São os pontos novos que chegam a dobrar a taxa de crescimento da receita com vendas, como mostram os balanços financeiros do ano.

A princípio, há redes adotando uma postura mais prudente como reflexo, em parte, do cenário econômico mais "desafiador", explicam elas. O temor é que a crise europeia afete, de forma mais contundente, a confiança do consumidor e isso reduza a demanda doméstica em 2012. Alguns indicadores têm sido acompanhados mais de perto pelas redes, como geração de vagas com carteira assinada, patamares de inadimplência e nível de crédito na praça.

Não há sinais de repique no nível de calote ou enxugamento de crédito no comércio. Mas os números do IBGE

de julho a setembro mostraram a primeira queda no consumo das famílias em um trimestre desde 2008. E novembro foi o mês com o menor número de vagas formais criadas também desde 2008.

Entre as redes consultadas nos últimos dias, a Marisa relata, até o momento, um número de lojas contratadas 42% menor em 2012 em relação ao volume anunciado este ano. A empresa demitiu 239 pessoas neste mês, para "afastar possíveis impactos de turbulências econômicas na Europa e nos EUA" e "assegurar crescimento sustentável e maior eficiência operacional em 2012".

Já a Riachuelo planeja abrir mais pontos em 2012 em relação a 2011, mas reduziu a meta de aberturas de 40 para 30 lojas. A Lojas Renner informa que deve manter no próximo ano o mesmo volume de aberturas em 2011. Varejista de móveis e decoração, a Etna abriu quatro pontos este ano, contra seis em 2010 e diz que esteve em "revisão do planejamento estratégico" para os anos seguintes. A rede não informou a previsão para 2012.

Na área de varejo de departamentos, a Lojas Americanas informa que deve abrir mais lojas, assim como o Grupo Pão de Açúcar. No casos da Lojas Americanas, a rede previa de 90 a 100 lojas inauguradas neste ano, e abriu 90. Para 2012, prevê de 110 a 120. O Pão de Açúcar planeja abrir lojas em 2012, mas a cadeia ainda não divulga os números. Ao final de dezembro de 2010, o grupo tinha 1.647 lojas, sem considerar drogarias e postos de combustível. Hoje, são 1.615. Neste ano, os investimentos do grupo poderiam chegar a até R\$ 1,4 bilhão, e o valor final deve ficar em R\$ 1,2 bilhão.

Além das questões macroeconômicas, os atrasos na entrega de shoppings em diversas regiões nos últimos meses fizeram as varejistas adotarem uma postura mais cautelosa para 2012. Somado a isso, o fato de as redes já terem acelerado as aberturas de pontos nos últimos dois anos acabou puxando para cima a base de comparação dos anos anteriores. Fica mais difícil, portanto, manter o mesmo ritmo de abertura, principalmente se o risco de desaquecimento no consumo doméstico em 2012 ainda não foi afastado pelas redes.

"Os primeiros seis meses de 2012 serão de baixo crescimento para o varejo e um período de ajustes", diz Claudio Felisoni, presidente do conselho do Provar. "O que já estamos vendo é uma briga entre a visão estratégica e financeira. O estratégico é abrir loja, porque as redes precisam de loja nova. Mas em termos financeiros, pode ser um investimento mais arriscado e caro, com prazo de retorno maior em tempos de crise", afirma.

Duas redes de varejo - Marisa e Riachuelo - já citaram a questão da crise econômica europeia em seus projetos de aberturas de lojas. "Neste ano, vamos entregar as 22 lojas planejadas. E para o ano que vem, voltamos com o objetivo de 30 lojas [eram 40 pontos]", disse Tulio Queiroz, diretor de relações com investidores da Riachuelo, em conversas com analistas semanas atrás. "Nós não vamos incrementar dez projetos onde não estejamos confortáveis com o patamar de retorno. Então, preferimos voltar ao patamar de 30 e aguardar a performance e o desenvolvimento no decorrer de 2012".

Segundo ele, há combinação de fatores, como o atraso na abertura de alguns shoppings e a exigência de retorno dos projetos num cenário de curto prazo "um pouco mais desafiador", diz ele. O que pode acontecer, diz Flávio Rocha, diretor vice-presidente da rede, é que apesar da redução da meta, podem ser abertas lojas maiores, o que deve levar a empresa a ampliar a área total de vendas. "Não será um 2012 espetacular, mas não vamos pisar de uma vez no freio", promete.

A Renner estima abrir no ano que vem "cerca de 30 lojas", disse a companhia, o mesmo número de 2011. Em novembro, a empresa informou que teve problemas com

atraso na abertura de shoppings e também sentiu "indicação clara de desaceleração" no consumo. Ela reforçou que as novas lojas abertas ajudaram a venda total crescer 17,4% de janeiro a setembro. Ao se retirar dessa conta as inaugurações (e incluir só pontos abertos há mais de 12 meses), a taxa cai pela metade, a 8,1%.

Dados dos balanços financeiros de varejistas mostram que, ao se juntar os novos pontos inaugurados na base total de lojas de 2011, a taxa de crescimento nas vendas mais que dobra, turbinada pelos pontos recém-criados.

Para analistas, ainda há outra questão: a eventual necessidade de proteger o caixa das empresas num período em que já há sinais de encarecimento das linhas de crédito às companhias. De 50% a 80% do Capex (investimento em bens de capital) de empresas de varejo com capital aberto foi aplicado em abertura de pontos em 2011, mostram os balanços. E um ponto de venda não consegue se pagar antes de três anos.

Para ampliar ganhos sem abrir tantas lojas, a Marisa disse a analistas que vai trabalhar focada no aumento da rentabilidade por metro quadrado em 2012, disse o presidente da companhia, Marcio Goldfarb. A rede tem 19 lojas contratadas para abertura em 2012. No começo de 2011, ela informou ter 33 contratos para este ano e acabou abrindo 59. A rede esclarece que, apesar de serem menos contratações em 2012, o número pode crescer.

Conforme Goldfarb comentou na semana passada, a rede vem sentindo sinais de desaceleração nas vendas de final de ano. Nos meses de outubro, novembro e nos primeiros dias de dezembro, as vendas

	VEÍCULO VALOR ECONÔMICO	EDITORIA	
	TÍTULO Dilma impõe estilo e firma liderança		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

A presidente Dilma Rousseff assumiu sob desconfiança de que governaria à sombra de seu antecessor, Luiz Inácio Lula da Silva, e refém do PT. Passados 12 meses, o ex-presidente tem muita influência, de fato, mas não há dúvidas sobre quem governa o país. Dilma também nunca recebeu a Executiva Nacional do PT para uma conversa. Seu canal com o partido é institucional, como é, aliás, com as outras siglas da base aliada.

A presidente impôs seu estilo de negociação ao Congresso e à gestão do governo. Por enquanto, tem dado certo e a primeira mulher a presidir o Brasil detém índices recordes de popularidade. Ela não mantém relações informais nem tem cumplicidade com congressistas. Todas as lideranças de seu governo, inclusive o vice-presidente, precisam marcar audiência para falar com a presidente.

Dilma impõe linha dura com aliados e depende da economia para mantê-la

Por Raymundo Costa | De Brasília

Quando assumiu a Presidência da República, Dilma Rousseff subiu a rampa do Palácio do Planalto sob a desconfiança de que governaria à sombra de seu antecessor, Luiz Inácio Lula da Silva, e refém do PT. Passados 12 meses, Lula tem muita influência, de fato, mas não há dúvidas sobre quem governa o país. Dilma também nunca recebeu a Executiva Nacional do PT para uma conversa. Seu canal com o partido é institucional, como é, aliás, com os outros da base aliada. Dilma impôs seu estilo de negociação ao Congresso e à gestão do governo. Por enquanto, tem dado certo e a primeira mulher a presidir o Brasil surfa índices recordes de popularidade.

Ao contrário do antecessor, "um animal político conquistador e sedutor", como costuma dizer de Lula o seu amigo Gilberto Carvalho, ministro da Secretaria Geral da Presidência, Dilma detesta o ramerrão da política. Ela não mantém relações informais com congressistas. Nenhum. Se o presidente do Senado, José Sarney, precisar trocar ideias, telefona e Dilma marca e o recebe em audiência. Não há cumplicidade. Nem o vice-presidente Michel Temer aparece à

hora que bem entender para puxar conversa. O tratamento dado ao vice é absolutamente formal. O mesmo ocorre em relação aos presidentes e líderes partidários.

No início deste mês, Dilma teve de mandar embora do governo o ministro Carlos Lupi (Trabalho), abatido por uma sucessão de denúncias. Presidente licenciado do PDT, partido ao qual Dilma Vanna Rousseff já foi filiada, Lupi era o representante do partido na coalizão que apoia o governo desde a gestão Lula. A crise envolvendo o ministro se prolongou por semanas, mas em nenhum momento Dilma discutiu o assunto com o presidente interino do PDT ou com os líderes da sigla na Câmara e no Senado - o deputado pedetista com relações mais próximas da presidente é Vieira da Cunha (RS). Os dois se conheceram na militância brizolista no Rio Grande do Sul

Todos os líderes políticos de seu governo são recebidos em audiência; não há cumplicidade nem relações informais

O caso do PDT é regra e não exceção. Mas a presidente também sabe recorrer ao pragmatismo, quando necessário. Os "ministros da casa", por exemplo, se surpreenderam quando ela convidou as bancadas partidárias para almoçar no Palácio da Alvorada, logo depois de sofrer sua única derrota no Congresso - a "anistia" a desmatadores concedida na votação do Código Florestal, em maio (disputa que até agora não acabou, pois o projeto ainda tramita no Congresso).

Sem os salamaleques do ex-presidente, na realidade Dilma foi além de Lula na relação institucional com a base de apoio: ela faz reuniões regulares do conselho político e entronizou os líderes do governo nos encontros de coordenação política (reunião nas manhãs de segunda-feira com os ministros da Casa, o chamado núcleo político do governo) - além de Michel Temer e do ministro Edison Lobão (Minas e Energia), que comparecem pelo PMDB.

Antes de anunciar políticas de governo, como o Brasil Sem Miséria, Dilma costuma apresentar os programas ao conselho - ou "comunica", como preferem entender os líderes partidários. Pelo menos os presidentes de partido sentem-se menos ignorados que no início do governo, quando eram

obrigados a ouvir o ministro da Fazenda, Guido Mantega, discorrer números sobre a pujança da economia brasileira.

Dilma não tem a menor disposição para negociar com o balcão congressual e sai do sério quando acha que alguém está querendo "botar a faca em seu pescoço", segundo relato de um de seus mais próximos auxiliares, testemunha ocular dos embates da presidente com o PMDB, o maior partido da base. Os ministros palacianos ficaram novamente surpresos com a intransigência com que ela comandou a ofensiva palaciana para "anular a ação" do deputado Eduardo Cunha (RJ) em Furnas.

Com a cumplicidade do líder do PMDB na Câmara, Henrique Eduardo Alves (PMDB), o deputado carioca tentou desafiar a autoridade da presidente da mesma maneira como fez ao segurar durante três meses, no governo Lula, um parecer sobre a prorrogação da CPMF. Dilma resolveu acabar com a "arrogância" de Cunha no trato das nomeações para Furnas Centrais Elétricas. Para 2012, esterelizar a atuação de Cunha na administração pública é quase uma "diretriz de governo".

Neste episódio, foi de grande valia a ajuda do então chefe da Casa Civil, Antonio Palocci, que negociou com a cúpula do PMDB para que o próprio partido cortasse as asas do deputado. Cunha aparentemente entendeu o "estilo" Dilma - simplesmente deixou o centro do palco. Perdeu Furnas mas, como se viu depois, seus tentáculos vão muito além.

No "arrastão" de fim de ano do Senado, Dilma engoliu em seco algumas negociações, mas em geral impôs seu ponto de vista sem pagar um preço muito alto. Ela "marcou" o senador Eunício Oliveira (PMDB-CE) por ele ter retardado um parecer sobre a prorrogação da Desvinculação de Receitas da União (DRU) porque não fora atendido com um cargo numa estatal nordestina.

A presidente também não perdoa a "distração" de Sarney, ao colocar na pauta de votação do Senado o projeto de regulamentação da Emenda 29. Irritada, Dilma pagou para ver e mandou o seguinte recado aos senadores: se o preço para a aprovação da DRU era vincular 10% das receitas da União aos gastos com a Saúde, ela estava disposta a ficar sem a DRU. Ponto. A DRU passou como Dilma queria. Mas ela também teve de fazer concessões e autorizou o empenho de uma parte das emendas parlamentares ao Orçamento reclamadas pelos congressistas ao longo do ano.

Havia uma saída fácil para aprovar a DRU: sua prorrogação por apenas dois anos, em vez dos quatro anos

previstos na proposta. Dilma não aceitou. A oposição concordava. O líder do governo na Câmara, Candido Vaccarezza (PT-SP), achava bom, assim como o PMDB, porque resolvia-se rapidamente o problema. Dilma entendeu que se atendesse os partidos aliados, em dois anos teria de sentar outra vez à mesa de negociação, só que em condições provavelmente mais desfavoráveis. "Isso é indício de que ela sabe fazer política, ao contrário do que se dizia", afirma um assessor.

Quem trabalha diretamente com Dilma diz que sua maior qualidade, no trato com a política, é a nitidez de posições. Assim como mandou o recado para a cúpula do PMDB parar de dar ouvidos a Eduardo Cunha, a presidente é direta também no trato com subordinados - seus gritos já não servem de medida do prestígio deste ou daquele ministro e entraram para a rotina do Planalto.

Chamou a atenção, neste ano, a preocupação de Dilma com a base social do governo.

Quando os petroleiros ameaçaram entrar em greve, a presidente foi informada de que um dos entraves à negociação era relativo à segurança. Os trabalhadores achavam que tinham pouca participação no controle da segurança. Dilma passou a mão no telefone e ligou para o presidente da estatal: "Gabrielli (Sérgio), não quero nem pensar nessa hipótese de a Petrobrás não abrir plano de segurança para os trabalhadores", contou ao Valor um auxiliar que acompanhou a conversa.

De outra feita, a ligação foi para o presidente do BNDES, Luciano Coutinho. Ela afirmou mais que perguntou se determinada empreiteira tinha interesses no banco. Sem esperar resposta, disse que o BNDES não deveria "liberar um tostão" para a empresa, àquela altura acusada de "maltratar" trabalhadores nas obras da hidrelétrica de Jirau.

Agindo dessa maneira com os congressistas e com os subordinados, Dilma conseguiu uma "certa estatura e independência de Lula e impôs um modelo parecido com ela", segundo avaliam dirigentes petistas. O presidente do PT, Rui Falcão, costuma recorrer a uma metáfora de Marco Aurélio Garcia, assessor especial da Presidência para assuntos internacionais, para explicar a relação entre o ex e a atual presidente.

Segundo Marco Aurélio, quando ele era estudante diziam na sua escola que o Mississipi era o maior rio do mundo. Isso porque somavam o Mississipi com o rio Missouri (um afluente). "Então realmente dava", diz Falcão. Mas, como

se sabe, os dois são rios com uma interseção, mas de cursos inteiramente diferentes. "Ela e o Lula são como o Mississipi e o Missouri. Se separam ali, mas em conjunto formam uma grande parceria, um grande rio". Falcão, aliás, não gosta quando se diz que já não há dúvidas sobre quem "manda" em Brasília. Prefere dizer que não há dúvidas sobre quem "governa" o país.

Assim como os ministros palacianos aprenderam a conviver com reações "nítidas" da presidente, os partidos também compreenderam que não devem bater de frente com Dilma. Sobretudo num período - o primeiro ano de governo -

em que a popularidade de Dilma só aumentou. Nos cálculos do PT, enquanto a economia for bem, a própria conjuntura empurra o governo para a frente. O risco é a crise. Nesse caso, a "desatenção" dela com os comandos partidários pode custar caro - e certamente vai aparecer muito congressista querendo dar o troco.

Esta é a primeira de uma série de reportagens de balanço e perspectivas do governo Dilma Rousseff que o Valor publica esta semana

	VEÍCULO VALOR ECONÔMICO	EDITORIA	
	TÍTULO Oposição mantém 'trajetória errática'		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

Longe de colher benefícios pela queda recorde de sete ministros, seis deles acusados de corrupção, no primeiro ano de governo Dilma Rousseff, a oposição entrou numa agenda negativa que atrapalha e atrasa seus planos de voltar ao poder. Não consegue grudar a corrupção na presidente e desperdiça tempo para criar uma marca forte perante o eleitorado. Em entrevista ao Valor, a cientista política Marta Arretche, professora e pesquisadora da USP e do Cebrap, diz que a oposição continua sua trajetória errática sem aprender as lições de 2006.

"Escândalos prejudicam a oposição"

Por Cristian Klein | De São Paulo

Longe de colher os benefícios pela queda recorde de sete ministros, seis deles acusados de corrupção, no primeiro ano de governo Dilma Rousseff, a oposição entrou numa agenda negativa que atrapalha e atrasa seus planos de voltar ao poder. Não consegue grudar na presidente o rótulo de comandante de uma administração suja e, ao mesmo tempo, desperdiça tempo fundamental para criar uma marca forte perante o eleitorado. Para a cientista política Marta Arretche, professora e pesquisadora da USP e do Cebrap, é esse caminho sem saída, batendo contra a parede, que a oposição continua sua trajetória errática. As lições de 2005 e 2006 não foram aprendidas. Escândalos de corrupção, por maiores que sejam, não garantem retorno eleitoral, quando o governo de plantão entrega a mercadoria que seu cliente quer: bem-estar. "Como os escândalos são generalizados, o eleitor considera que a melhor opção, que seria alguém que não é corrupto e lhe traga benefícios, não existe. Então, ele vai para a segunda opção", diz.

Especialista em políticas públicas e (des)centralização, Marta Arretche afirma que Dilma, em 2011, já fez várias apostas do que poderá ser a marca de seu mandato. Duas se destacam: a derrubada da taxa de juros e o investimento pesado na habitação. Explica porque a saúde vai melhor do que a educação no Brasil. Critica o furor nacional por reformas, seja à direita ou à esquerda. E constata a continuidade, em Dilma, da tradição centralista, traço compartilhado pela elite política brasileira. A seguir, leia os

principais trechos da entrevista de Marta Arretche concedida ao Valor:

Valor: O primeiro ano já indica qual será a marca de Dilma?

Marta Arretche: Quais parecem ser as apostas? Uma delas é trazer a economia brasileira para um patamar de juros mais baixo. Aparentemente, ela está jogando muitas fichas neste caminho. Há a aposta do Brasil sem Miséria, um programa mais complexo, mais integrado que o Bolsa Família. Outra aposta é a do Minha Casa Minha Vida. Se for bem-sucedida, ela terá entrado para a história como a presidente que mais construiu habitações para a população de baixa renda, mais do que toda a história do BNH [Banco Nacional de Habitação, que existiu entre 1964 e 1986]. E há a aposta [do combate à] corrupção, que até momento parece ter rendido bons dividendos.

Os indicadores de saúde dependem mais da renda do que os da educação; isso mostra o avanço da atenção básica"

Valor: As trocas de ministros atrapalham o desenvolvimento das políticas públicas?

Arretche: Parte do problema está fora da alçada da presidente, pois, se os partidos continuarem a indicar para postos-chaves - e a presidente aceitar - pessoas que venham a ser denunciadas, os escândalos tenderão a continuar ocorrendo. O que tem sido menos avaliado pelos analistas é como a oposição é prejudicada pelos escândalos de corrupção. As evidências que temos é que os escândalos têm baixo impacto eleitoral negativo sobre presidentes que tenham sido bem-sucedidos. Como a principal agenda da oposição é de denunciar a corrupção, ela perde oportunidades de vender a sua marca, suas políticas. Há um debate sobre o Plano Nacional de Educação. Você sabe qual é a opinião da oposição? Os escândalos não impuseram os custos eleitorais que a oposição parece esperar deles.

Valor: Por que não há ganho eleitoral com as denúncias?

Arretche: Como os escândalos são generalizados e atingem todos os partidos, o eleitor considera que a melhor opção, que seria alguém que não é corrupto e lhe traga

benefícios, não existe. Então, o eleitor vai para a segunda opção. Dado que todos são iguais, prefiro aquele que, apesar de ser corrupto, me traz benefícios.

Valor: É o "rouba, mas faz"?

Arrette: É a lógica do "todos roubam". Nenhum partido se credencia como aquele imune a práticas corruptas, uma vez que tenha acesso ao cheque. O que diferencia os partidos? Aqueles que acrescentam algum bem-estar. É preciso estudar mais o tema. Mas parece que o custo eleitoral da denúncia de corrupção é maior no Legislativo, onde o eleitor tem mais escolhas, do que no Executivo. A taxa de reeleição dos deputados federais listados no escândalo do mensalão foi muito pequena.

Valor: Com ajuste fiscal e redução nos investimentos do Governo Federal, o provimento de bem-estar não fica comprometido?

Arrette: Não vejo sinais de que [o ajuste fiscal] seja a única prioridade. Ele não será um impedimento para outras políticas destinadas a promover o investimento e o emprego. Há um risco de recessão e, portanto, é preciso ter uma política interna de expansão. Essa parece ser uma das grandes prioridades da presidente. Tudo está armado para que o Minha Casa Minha Vida tenha alta prioridade. O programa de reforma de estradas e de infraestrutura viária está bastante armado. Completar a reforma previdenciária está na pauta do Congresso. Um programa de desoneração da empresa brasileira - voltado a atender as base sociais do partido, que quer a manutenção do emprego - também.

Valor: O governo continuará com programas sociais e de infraestrutura custosos, mesmo com ajuste?

Arrette: É o que foi maturado neste ano. Até diria que esses programas têm tido uma maior lentidão na implementação. Porque, de um lado, são mais lentos mesmo, por sua natureza, e, de outro, porque as instituições de controle de irregularidades no Brasil funcionam e tornam os programas mais lentos.

Valor: A maior fiscalização é causa do ritmo mais lento?

Arrette: Está entre os principais fatores. Não é à toa que a presidente aprovou no Congresso uma medida que em algumas áreas torna as licitações mais rápidas.

Valor: O fato de o governo se dar ao luxo de investir em áreas, como a de saneamento, cujo retorno eleitoral não é imediato, tem a ver com o enfraquecimento da oposição?

Arrette: Governos estão sempre atentos ao calendário eleitoral. Mas eles também têm uma agenda que tem a ver com questões programáticas e com as suas bases sociais. Um programa habitacional de larga escala como o Minha Casa Minha Vida atende a esse objetivo. Cria postos de trabalho, emprega mão de obra baixamente qualificada, expande benefícios sociais para camadas de baixa renda, cria demanda para diversos setores industriais. A teoria tradicional diz que governos de base operária tendem a preferir oferecer emprego, mesmo que à custa de alguma inflação, ao passo que governos mais à direita tendem a preferir baixa inflação mesmo que à custa do emprego.

Valor: Se a oposição tivesse vencido em 2010, os programas teriam sido desmontados?

Arrette: Governos à esquerda preferem uma intervenção maior do Estado na economia. Ao passo que governos mais à direita preferem maior intervenção do setor privado, mesmo na área de serviços sociais. Examinemos, por exemplo, a política de saúde. Existe um grande consenso em torno de determinados pilares básicos: que o Estado deve oferecer serviços básicos de atenção à saúde, que a assistência deve ser universal, que o modelo deve ser descentralizado. No entanto, existe uma divergência entre PSDB e PT no que diz respeito aos contratos de gestão, às Oscips [organizações da sociedade civil de interesse público], às organizações sociais [OS]. Está mais associado à trajetória do PSDB preferir inserir a competição com provedores privados na prestação de serviços.

Valor: Qual é o melhor modelo?

Arrette: O que está acontecendo é que mesmo governos petistas, que querem agilizar a prestação de serviços, tendem a favorecer a criação de Oscips. Mas aí enfrentam resistências dentro do PT para implementar e aumentar a inserção do setor privado.

Valor: Governos do PSB também têm apostado nesse modelo. Há tendência de expansão?

Arrette: Sim. Mas se na saúde já existe bastante consenso e as reformas tendem a ser marginais, na área de desenvolvimento urbano, por exemplo, PSDB e PT têm posições muito diferentes.

Valor: Qual é a maior diferença?

Arrette: No governo Fernando Henrique, o gasto federal em habitação e em saneamento se reduziu muito. Com o Minha Casa Minha Vida, o investimento público em saneamento cresceu muito nos governos Lula e Dilma. O que

parece novidade são decisões pragmáticas tendo em vista o calendário da Copa e da Olimpíada, como a abertura dos aeroportos para a gestão privada. Isso contraria a trajetória até aqui.

Valor: Em visita recente ao Brasil, o cientista político americano Adam Przeworski disse que o Sistema Único de Saúde (SUS) tem um impacto maior do que o Bolsa Família. Você concorda?

Arrette: O Bolsa Família teve um impacto muito grande sobre os índices de indigência no Brasil. Mas o SUS, que é uma obra de vários governos, tem uma característica básica que é descolar, desvincular os serviços de acesso à saúde da capacidade de pagamento, da renda. Nesse sentido, o Brasil está num estágio muito melhor do que os Estados Unidos, por exemplo. No início do governo [do presidente americano Barack] Obama, 40 milhões de famílias trabalhadoras não têm direito a qualquer serviço de saúde porque elas não podem pagar o seguro de saúde. Em qualquer modelo em que o acesso à saúde dependa de você pagar seguro, você vai ter uma correlação negativa direta entre a qualidade da saúde e a renda. E temos evidências nos nossos estudos de que os indicadores de saúde no Brasil estão descolados da renda.

Valor: Não há associação entre renda mais baixa e menos saúde?

Arrette: Exato. Os estudos mostram que a educação e a saúde são altamente dependentes da renda e, por extensão, da escolaridade da mãe. Os estudos no Brasil mostram que a educação ainda apresenta esse resultado, mas a saúde não. Isso tem a ver com a expansão de programas de atenção básica e com a força política da coalizão da saúde.

Valor: Isso contraria a imagem que se tem do sistema público de saúde brasileiro como caótico.

Arrette: Aí tem um problema de informação. Se pegar o noticiário da imprensa como avaliação do desempenho dos sistemas públicos, tomará o atípico como sendo o regular. E não é.

Valor: E a educação, evoluiu?

Arrette: De fato, a educação brasileira está muito aquém da de outros países em igual nível de desenvolvimento.

Valor: Uma desvantagem do setor de educação seria não ter um grupo de pressão, ou uma coalizão, tão forte como na área da saúde?

Arrette: Tem duas explicações possíveis. A primeira é que os resultados na educação são mais dependentes de outros fatores - tais como a dedicação dos professores, a qualidade das escolas, as condições familiares. A segunda é que a implantação de uma política nacional coordenada de saúde é anterior à de educação, no Brasil. Na área da saúde, existe uma política de provisão universal de serviços básicos há pelo menos 15 anos.

Valor: O fato de Dilma conhecer mais as entranhas administrativas lhe ajuda na função de presidente ou em ser mais inovadora?

Arrette: Não há nada na teoria que diga que governos são bons caso façam reforma. Governos são bons quando dão respostas adequadas aos problemas do país. Essa história das reformas tem a ver com a Constituição de 1988. Tanto PT quanto PFL saíram descontentes. O PT não assinou a Constituição porque considerava que o texto não tinha direitos sociais suficientes. E o PFL saiu descontente porque achava que sobretudo o capítulo de política econômica era excessivamente intervencionista. A ideia de que o bom governo é o que altera a Constituição sai dessa agenda.

Valor: Não há reformas necessárias ao país?

Arrette: Veja, por exemplo, a reforma trabalhista. Há uma agenda que defende mudanças na CLT [Consolidação das Leis do Trabalho]. Essa não é a agenda do PT. Dificilmente sairá do governo do PT uma agenda para mexer na CLT. O que não quer dizer que o governo petista não tome medidas, como fez Lula e vem fazendo Dilma, para desonerar a folha de pagamentos e aumentar a empregabilidade que, em último caso, apresentará benefícios para as base sociais de um governo petista. Isso é uma reforma trabalhista? Não, mas são medidas que podem ser tomadas com legislação e medidas de governo. A reforma previdenciária já foi feita. A reforma tributária é tão complexa que não vai passar por emenda constitucional. O que tem sido feito é aprovar medidas pontuais. O que se aprendeu nos últimos anos é que é possível tomar medidas importantes sem chamar isso de reforma.

Valor: Dilma tende a fortalecer uma centralização das políticas públicas?

Arrette: Todos os presidentes com uma agenda para o país - Fernando Henrique, Lula e Dilma - partilham de uma visão de política pública que confere grande centralidade às iniciativas da União. Essa visão é partilhada pelas principais

elites políticas do país. Já está presente na Constituição. Exemplo disso: o [governador do Rio] Sérgio Cabral tem um problema de greve com os bombeiros no Rio de Janeiro, como ocorreu neste ano. Isso abre imediatamente na agenda a necessidade de se aprovar a PEC 300, que cria uma regulação nacional dos salários dos policiais militares.

Valor: O governo Dilma mantém a tradição.

Arretche: Se você observar o conteúdo da legislação que foi aprovada neste primeiro ano de governo Dilma, ela

partilha de características que são semelhantes às dos governos Fernando Henrique e Lula. Veja o Plano Nacional de Educação. A pressão é para se comprometer 10% da receita da União, e a tendência é que seja inferior. A mesma coisa com a Emenda 29. Ela regulou o que Estados e municípios devem entender por saúde, mas não compromete o gasto da União.

	VEÍCULO O GLOBO	EDITORIA	
	TÍTULO CGU constata desvios de R\$ 1,1 bi em 5 Ministérios		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

Fraudes aconteceram em órgãos sob comando de ministros afastados

Investigações da Controladoria Geral da União (CGU) já constataram desvios de R\$ 1,1 bilhão nos Ministérios dos Transportes, Agricultura, Turismo e Esporte e Trabalho. Os cinco estavam sob o comando de ministros afastados pela presidente Dilma Rousseff por suspeita de irregularidades. Também foram identificados 88 servidores públicos que estariam envolvidos nas fraudes. A conta exclui investigações ainda em andamento na Polícia Federal, mas inclui verbas que os próprios Ministérios conseguiram impedir que fossem pagas aos corruptos. As fraudes foram descobertas neste primeiro ano do governo Dilma, mas prosperavam desde a época do presidente Lula. O retorno do dinheiro aos cofres públicos ainda dependeria de demorado processo. Só no Ministério dos Transportes, onde o ex-ministro Alfredo Nascimento montou uma estrutura ligada a seu partido, o PR, 55 funcionários são investigados em 17 sindicâncias e processos disciplinares.

Assalto aos cofres públicos

Investigações em 5 Ministérios apontam desvios de R\$1,1 bi, que vêm do governo Lula

Roberto Maltchik

Além de derrubar cinco ministros este ano, as investigações de desvio de recursos públicos em órgãos federais identificaram ao menos 88 servidores públicos, de carreira ou não, suspeitos de envolvimento em ações escusas que acumulam dano potencial de R\$1,1 bilhão. Esse valor inclui recursos pagos e também dinheiro cuja liberação chegou a ser barrada antes do pagamento. A recuperação do que saiu irregularmente dos cofres públicos ainda dependerá de um longo e penoso processo, até que parte desse dinheiro retorne ao Erário.

Os desvios foram constatados em investigações da Controladoria Geral da União (CGU) e dos cinco Ministérios cujos titulares foram exonerados - Transportes, Agricultura, Turismo, Esporte e Trabalho. Outros dois ministros - da Casa Civil e da Defesa - caíram este ano, mas não por

irregularidades neste governo. Antonio Palocci (Casa Civil) saiu por suspeitas de tráfico de influência antes de virar ministro, e Nelson Jobim (Defesa), após fazer críticas ao governo.

A contabilidade exclui investigações ainda não encerradas pela Polícia Federal, que apura se houve ou não pagamento de propina a servidores, apontados como facilitadores dos esquemas de corrupção em Brasília e nos braços estaduais dos órgãos federais. Somente nas últimas semanas, a Polícia Federal desmontou três esquemas de corrupção intimamente ligados às denúncias.

No dia 14 de dezembro, por exemplo, 40 agentes cumpriram mandados de busca e apreensão no Instituto ÊPA, uma ONG de Natal, que, comprovadamente, desviou R\$1 milhão do Ministério do Trabalho, de acordo com a Polícia Federal. Ao todo, o grupo ligado à ONG recebeu R\$28 milhões, em convênios com pelo menos três órgãos federais.

Nos Transportes, são 55 funcionários sob suspeita

Os casos apurados em 2011 são fraudes que prosperaram silenciosamente durante o governo Lula, sem que nada fosse feito. Um "autismo" gerencial, de acordo com o cientista político Leonardo Barreto, da Universidade de Brasília (UnB).

- A presidente Dilma Rousseff deu sorte. Como todos os casos envolviam práticas ou ministros que vieram do governo Lula, o ex-presidente ficou com o ônus, e a presidente ficou com o bônus da chamada faxina. Assim, ela também conseguiu espaço para se impor politicamente, mesmo sem ter ligação estreita com nenhum dos grupos políticos que compõem o atual governo - disse Leonardo Barreto.

Entre os flancos abertos para furtar o Erário, nada se compara à superestrutura que se enraizou nos gabinetes que decidiam a orientação de recursos para obras em estradas e ferrovias, muitos deles ocupados por filiados ou indicados pelo PR, do ex-ministro e senador Alfredo Nascimento (AM) Ao menos 55 funcionários - quase todos afastados de suas funções - são investigados em 17 sindicâncias ou processos disciplinares instaurados para apurar a sangria no Ministério dos Transportes.

A faxina foi inaugurada na sede e nas Superintendências do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit) e na Valec, a empresa pública das ferrovias. O rombo potencial, somente nos Transportes, alcançou, em setembro, R\$662,3 milhões. Porém, em novembro, duas operações da Polícia Federal, em Pernambuco e Rondônia, derrubaram dois Superintendentes do Dnit e contabilizaram um buraco adicional de R\$97 milhões, em obras superfaturadas ou em favorecimento a empresas do ramo da construção civil. Ainda assim, não ocorreram mudanças no comando em outras Superintendências do Dnit, algumas sob investigação.

Na Agricultura, pagamento indevido a empresas

No Ministério da Agricultura e na Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), bastaram denúncias de que o ex-ministro Wagner Rossi (PMDB) favorecia o lobista Júlio Fróes para detonar uma investigação imediata que detectou prejuízo potencial de R\$228 milhões, apenas em pagamentos indevidos a empresas que fraudaram leilões de subvenção. Outros R\$16 milhões foram pagos irregularmente a empresas que prestavam serviços ao Ministério.

Até pequenos produtores rurais perderam dinheiro, vítimas dos esquemas verificados no Ministério da Agricultura. Depois de passar um pente-fino, pressionada pelas revelações de malfeitos, a CGU abriu três sindicâncias e apontou o suposto envolvimento de 20 pessoas nas irregularidades.

	VEÍCULO BRASIL ECONÔMICO-SP	EDITORIA	
	TÍTULO O novo governo encara a realidade e passa a tesoura		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

Austeridade na política fiscal foi o destaque do primeiro ano de mandato de Dilma, que enfrentou os efeitos da crise na Europa

Eva Rodrigues

O Brasil entrou em 2011 crescendo na casa dos 7,5%, com poder de consumo em ascensão, vendendo commodities a preços altos para o mundo e com a euforia de uma eleição em que o presidente mais popular da história do país conseguiu eleger sua sucessora. Mas passada a emoção inicial veio o choque de realidade e Dilma Rousseff ganhou desafios nada desprezíveis: acelerar a execução de inúmeros projetos para atacar gargalos de infraestrutura e atender necessidades como as da Copa do Mundo; desacelerar o nível de atividade por causa de uma inflação preocupante e agir para evitar, ou minimizar, o contágio da crise econômica global. No meio de tudo isso, sucessivas crises ministeriais dificultaram, e muito, o desenrolar da agenda econômica do novo governo.

Logo em janeiro, o Banco Central, já sob o comando de Alexandre Tombini, iniciou o ciclo de aperto monetário que elevou os juros básicos da economia de 11,25% para 12,5% no mês de julho. A economia crescendo acima do que é considerado pelo mercado como PIB Potencial (aquele que não gera pressões inflacionárias, estimado em torno de 4%) e Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) em 12 meses acumulando 5,99% — com pressões à frente—deixavam poucas dúvidas sobre o caminho a seguir.

"Dada a política expansionista (fiscal e parafiscal, que inclui os aportes ao BNDES) dos últimos anos, Dilma começou o primeiro ano de mandato com o desafio de colocar a macroeconomia no lugar, segurar a inflação, e com um Banco Central ainda novo para o mercado", observa a economista Zeina Latif.

Junto com juros em alta veio a austeridade fiscal, com o anúncio do corte de R\$ 50 bilhões do orçamento de 2011

logo no início de fevereiro. Na época, o ministro da Fazenda, Guido Mantega, passou a ressaltar o poder da política fiscal como reforço da política monetária — a ideia era a de que o aperto fiscal, ao trazer um freio à demanda e ajudar a conter a inflação, abriria espaço para quedas maiores nos juros básicos ao longo do tempo.

"A política fiscal mais austera é importante porque segura um pouco a demanda, contém a inflação e tem um papel complementar à política monetária", diz o economista-chefe da SulAmérica Investimentos, Newton Rosa, com a concordância José Francisco de Lima Gonçalves, economista-chefe do banco Fator. "Ninguém acreditava que o governo cumpriria o superávit primário. E, mesmo num modelo em que só se governa por coalizão, a presidente Dilma conseguiu um feito importante em termos de política fiscal." Se a política fiscal foi o destaque do primeiro ano do governo Dilma, a inflação continua no radar como desafio considerável à frente—o Banco Central é a única voz a falar em IPCA convergindo para a meta de 4,5% no final de 2012 —e as reformas aguardadas em primeiro ano de governo não vieram.

"Grandes questões nacionais caminharam muito devagar. A presidente Dilma não conseguiu impor uma agenda como todos gostariam, e aí podemos falar em reforma tributária, da Previdência ou Política", diz Lima Gonçalves. Aliás, as dificuldades de avanço na agenda de primeiro ano encontra resposta, em boa medida, nas sucessivas crises ministeriais— a queda de sete ministros certamente não está entre os feitos que a presidente gostaria de computar ao final de 2011 (leia mais ao lado). Mas, neste caso, querer foi bem diferente de poder.

	VEÍCULO BRASIL ECONÔMICO-SP	EDITORIA	
	TÍTULO Tombini reverte críticas e conquista o mercado		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

Após ser atacado pela falta de independência e ingerência do governo na política monetária, novo presidente do Banco Central cai nas graças da maioria dos economistas

Priscila Dadona

As previsões dos especialistas para os juros este ano não se confirmaram. O que se imaginava que seria um período de aperto monetário acabou sendo um ano de mudança de paradigma para a política monetária brasileira. Enquanto a maioria das expectativas apontava para uma Selic a 13% ao ano, os juros básicos terminaram o período praticamente como começaram, em 11%. Em janeiro, a taxa estava na casa dos 11,25%.

Além disso, 2011 foi um ano em que se colocou à prova a independência do Banco Central (BC) e até a postura de seu presidente, Alexandre Tombini. Ele próprio “sacudiu” as mesas de análises de bancos e corretoras após contrariar praticamente todas as expectativas e reduzir os juros, quebrando uma sequência de 16 reuniões ininterruptas sem corte nos juros.

Muito criticado, o presidente do BC chegou a ser chamado de “funcionário” do Palácio do Planalto, em referência à ingerência do governo nas decisões de política monetária. Três meses depois da decisão—considerada por alguns como “errática”— Alexandre Tombini é hoje ovacionado pela grande maioria dos especialistas.

Quando assumiu em janeiro, Tombini teve a dura missão de levar a inflação à meta de 4,5% e, ao mesmo tempo, garantir crescimento econômico. Era um momento bastante complicado com uma economia extremamente pujante, segundo pondera o economista Alexandre Póvoa, presidente da Valorando Consultoria .

A inflação, lembra o economista, batia na casa dos 6% ao ano— o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) sinalizava alta de 5,90% em 12 meses—e o Produto Interno Bruto (PIB) chegou a crescer 4,2% só no primeiro trimestre do ano. Com a economia aquecida e a inflação descolada da meta começa o processo de aperto: com alta da taxa de compulsório e medidas macroprudenciais. Com isso o

BC teve de elevar os juros em 1,75 ponto percentual – de 10,75% para 12,50% em cinco altas consecutivas. “Podemos até discutir intensidade ou velocidade, mas o movimento estava correto”, afirma Póvoa.

Eduardo Velho, economista chefe da Prosper Corretora, também elogia o movimento do BC e garante que “mudanças ágeis tanto regulatórias quanto de postura são importantes”.

Já Mauro Schneider, economista- chefe da Banif Invest, acredita que a mudança de percepção de risco internacional num período relativamente pequeno de tempo (em seis meses) não significa necessariamente que o Banco Central mudou de postura. Primeiro, segundo Schneider, porque não há na história dos juros no país nada parecido com o feito de Tombini que, pela primeira vez em mais de 10 anos promoveu corte de juros na sequência de um ciclo de alta. “Segundo porque o rótulo de mudança de postura fica enfraquecido ou nublado com a piora do cenário externo e, para ajudar, com algumas repercussões importantes no mercado interno”, completa.

Previsão de futuro

O presidente do conselho de administração do Ibof-SP, Keyler Carvalho Rocha, vê que o Banco Central foi “vidente” em relação ao agravamento da crise de dívida na Europa, que acabou se confirmando com vários países à beira de uma moratória. “Anteviu o quadro de piora na Europa. O BC estava certo ao inverter a rota, pois estava vendo o futuro. Ele conseguiu enxergar que a crise era bem mais séria do que se previa anteriormente”.

Para André Perfeito, economista da Gradual Investimentos, não só o BC saiu na frente como mostrou ao mercado que sua atuação ganhou eficiência. “A decisão surpreendente de reverter a trajetória de alta criou muito ressentimento entre economistas, mas hoje poucos não reconhecem o movimento como correto”.

	VEÍCULO COLUNA CLÁUDIO HUMBERTO	EDITORIA	
	TÍTULO Boicote à Zona Franca		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

O presidente do Centro das Indústrias do Amazonas, Wilson Périco (foto), vê um movimento no Ministério do Desenvolvimento para esvaziar a Zona Franca de Manaus. "Dizem que a Zona Franca já está saturada e não aprovam novos processos produtivos básicos", afirma Périco. Sem os "PPBs", as indústrias não podem fabricar os produtos. Em 2009, foram aprovados 30 novos PPBs. Em 2010, apenas 21, e onze em 2011.

Roda presa

A restrição a novos processos produtivos básicos causa estranheza em Manaus pelo momento em que o País busca investir no crescimento.

Prorrogação

O Ministério do Desenvolvimento nega boicote à Zona Franca. Lembra que sua vigência até foi prorrogada pela presidente Dilma por mais 50 anos.

	VEÍCULO AGU - Advocacia Geral da União	EDITORIA	
	TÍTULO PRF 1ª Região, PF/AM e PF/SUFRAMA: Procuradorias obtém liminar no plantão judiciário assegurando a manutenção do contrato de vigilância armada e desarmada para as unidades da Suframa		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

A Advocacia-Geral da União - AGU, por intermédio da Procuradoria-Regional Federal da 1ª Região - PRF1, da Procuradoria Federal no Estado do Amazonas - PF/AM e da Procuradoria Federal junto à Superintendência da Zona Franca de Manaus - PF/SUFRAMA, conseguiu obter, anteontem, 21.12, durante o plantão judiciário, importante decisão favorável no Tribunal Regional Federal da 1ª Região, assegurando a manutenção de contrato de vigilância para a sede e unidades da SUFRAMA no Estado do Amazonas.

No caso, a empresa Amazon Security Ltda., considerando-se preterida no procedimento licitatório, impetrou mandado de segurança (processo nº 15172-34.2011.4.01.3200) se insurgindo contra o resultado do Pregão Eletrônico nº 024/2011, cujo objeto é a contratação de serviços de vigilância armada e desarmada, segurança física e patrimonial a serem executados no Escritório-sede da SUFRAMA, suas Unidades localizadas em Manaus, Área de Livre Comércio de Tabatinga/AM, Coordenação Regional de Itacoatiara/AM e Centro de Biotecnologia da Amazônia - CBA.

Afirmando que teriam ocorrido falhas no procedimento licitatório, consistentes no fato de que a pregoeira teria lhe impedido de apresentar recurso administrativo, bem como lhe negado a possibilidade de ter acesso a cópias dos autos do processo administrativo, a empresa impetrante pleiteou a suspensão da decisão que rejeitou seu recurso, para que pudesse apresentá-lo e ser devidamente julgado pela Administração.

O Juízo da 1ª Vara da Seção Judiciária de Manaus/AM, na última terça-feira, 19.12, concedeu a liminar, declarando a ilegalidade do ato que indeferiu o pleito da empresa de interpor recurso administrativo, bem como declarou a nulidade da homologação, adjudicação e celebração do contrato. Determinou, ainda, que fosse concedida vista e cópia dos autos do pregão à impetrante.

Incontinenti, os procuradores federais, representando a SUFRAMA, interpuseram agravo de instrumento, afirmando que não existiria razão para anulação do contrato firmado com a vencedora do certame, pois os atos administrativos

observaram os princípios constitucionais e legais que regem as licitações públicas, visto que foi dada cópia dos autos à agravada e o pedido de recurso foi rejeitado, uma vez que a pregoeira concluiu que a proposta questionada, da empresa vencedora, estava de acordo com as exigências editalícias.

Ademais, aduziram que o mandamus não possuía objeto, na medida em que o pregão já foi homologado e o contrato celebrado desde outubro, estando, portanto, em vigência há mais de sessenta dias.

"O periculum in mora inverso está patente no caso em tela, na medida em que a decisão agravada coloca em risco a segurança do patrimônio da SUFRAMA no Amazonas, uma vez que, com a decretação da nulidade do contrato firmado com a empresa vencedora do Pregão Eletrônico nº 024/2044, um total de 68 (sessenta e oito) postos de vigilância, espalhados na Sede da SUFRAMA, suas unidades localizadas em Manaus, a Área de Livre Comércio de Tabatinga/AM, a Coordenação Regional de Itacoatiara/AM e o Centro de Biotecnologia da Amazônia - CBA, ficaram desguarnecidas dos serviços de vigilância, encontrando-se, assim, suscetíveis a roubos, furtos e depredações" afirmaram os procuradores.

Assim, alegando que a decisão agravada é suscetível de causar lesão grave e de difícil reparação à SUFRAMA, porquanto o objeto da licitação é imprescindível não apenas para a proteção do patrimônio das diversas unidades da autarquia e das pessoas envolvidas, mas se mostra também indispensável para a prestação do serviço público determinado por lei à autarquia, pleitearam a concessão antecipada da tutela recursal, para suspender a decisão combatida.

O Desembargador Federal José Amílcar de Queiroz Machado, Vice-Presidente do TRF da 1ª Região, no plantão, deferiu a tutela recursal requerida pelas Procuradorias da AGU, suspendendo a decisão agravada até o pronunciamento do relator natural, por considerar que "no cotejo entre o dano advindo da eventual inobservância de normas editalícias na contratação de serviço de segurança de órgão da Administração Pública e o dano decorrente da eliminação súbita desse serviço, sobressai, premente, a exigência de

preservação da coletividade em detrimento do indivíduo e a supremacia do interesse público sobre o privado como corolários da sistemática jurídica adotada na regência das relações, como a ora em exame".

A PRF 1ª Região, a PF/AM e a PF/SUFRAMA são unidades da Procuradoria-Geral Federal (PGF), órgão da Advocacia-Geral da União (AGU).